



Luís Fêrnico Silva/ASCOM/Fepe

Plenário pode votar redução da maioria

A lista de matérias prontas para votação pelo Plenário é iniciada pela proposta de emenda à Constituição que prevê a responsabilização criminal de jovens entre 16 e 18 anos, hoje inimputáveis

A proposta de mudança constitucional chega ao Plenário na versão elaborada pelo senador Demóstenes Torres, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça. A PEC 20/99 determina que os menores de 18 e maiores de 16 anos serão imputáveis, desde

que laudo técnico comprove capacidade de entendimento sobre o caráter ilícito do ato criminoso cometido. A pena deverá ser cumprida em local diferente do destinado a presos maiores de 18 anos. Os menores de 16 anos continuam sujeitos a legislação especial. **3**

Menor infrator na unidade Padre Cacique, em Porto Alegre: muitos resistem à redução da maioria por verem na miséria a principal causa da criminalidade entre adolescentes

Sarney participa da posse dos ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia

Ao lado da presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, José Sarney, participou da posse de Aloizio Mercadante como ministro da Educação e de Marco Antonio Raupp como ministro da Ciência e Tecnologia. **2**

Mercadante discursa ao tomar posse como ministro da Educação diante de Gleisi, Temer, Dilma, Lula, Sarney e Haddad



Jonas Pereira/Senado Federal

Polícia Federal pode investigar milícia integrada por agente de segurança **3**

Proposta considera corrupção, peculato e concussão crimes hediondos **3**



Amber Brasil

Projeto de lei limita propaganda de cerveja ao horário das 21h às 6h

Bebidas *ice* e boa parte dos vinhos também seriam incluídos na restrição. Proposta proíbe que álcool seja associado a desempenho saudável ou a sexualidade. **2**

Senado também analisa proibição da venda de bebida alcoólica em postos de combustíveis e locais públicos

Grau de álcool previsto na lei que trata de publicidade cairia para incluir bebidas *ice* e boa parte dos vinhos. No caso das cervejas, até as sem álcool seriam submetidas ao controle, para evitar exposição da marca

Reprodução/Site Skol



Iniciativa proíbe vínculo entre bebida alcoólica e sexualidade e limita a publicidade de cerveja ao período entre 21h e 6h

Projeto restringe horário de propaganda de cerveja

COM O OBJETIVO de controlar a propaganda e a venda de bebidas alcoólicas, o senador Wellington Dias (PT-PI) apresentou no ano passado dois projetos de lei: o PLS 307/11 e o PLS 703/11. Uma das medidas sugeridas pelo senador é que as propagandas de rádio e televisão de cervejas e bebidas *ice*, entre outras, fiquem restritas ao horário das 21h às 6h.

— Não é razoável ver pela televisão uma peça publicitária festiva incentivando o consumo de cerveja, para em seguida ver notícias sobre acidentes e mortes causados pelo consumo desse mesmo produto — afirma.

Wellington recorda proposta que tramitou no Congresso prevendo o fim das propagandas de bebidas alcoólicas

e cigarros, “mas que acabou sendo derrotada, no que se refere às bebidas, porque o *lobby* funcionou”.

A Lei 9.294, de 1996, fixa uma série de restrições às bebidas alcoólicas, especialmente sobre a propaganda no rádio e na televisão. Mas ela se refere apenas às bebidas com teor alcoólico acima de 13 graus Gay Lussac, o que livra dessas restrições cervejas, bebidas *ice* e boa parte dos vinhos.

Para mudar essa situação, Wellington apresentou em junho o PLS 307/11, determinando que serão classificadas como bebidas alcoólicas todas aquelas com teor igual ou superior a 0,5 grau Gay Lussac.

Evitar exposição

Em relação às cervejas, o projeto determina que todas — mesmo quando tiverem teor alcoólico menor que 0,5 grau Gay Lussac — estarão submetidas às restrições da lei. Assim, o senador pretende limitar até a publicidade das cervejas sem álcool, “para evitar que promovam a marca”.

Se esse projeto for aprovado, as emissoras de rádio e televisão só poderão transmitir propagandas de cerveja e bebidas *ice*, entre outras, no horário das 21h às 6h.

Além disso, as peças publi-

citárias não poderão associar o consumo desses produtos “ao desempenho saudável de qualquer atividade” e a “imagens ou ideias de maior êxito ou sexualidade das pessoas”. O mesmo valerá para propagandas estáticas em estádios.

As mesmas modificações estão previstas no PLS 703/11. A diferença é que esse projeto, apresentado em novembro, proíbe a venda e o consumo de bebidas alcoólicas em postos de combustível, em logradouros públicos e em eventos organizados pelo governo, entre outras medidas.

Wellington foi presidente da Subcomissão Temporária de Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, Crack e Outros. No final do ano passado, quando a subcomissão estava encerrando suas atividades, ele declarou que “o álcool representa, para o país, um problema ainda mais grave que o *crack*”.

— A própria Organização Mundial da Saúde alerta para o problema do álcool — frisou.

Essa posição encontra eco no relatório apresentado no ano passado pela Comissão Especial de Políticas Públicas de Combate às Drogas da Câmara dos Deputados, que recomenda a proibição da propaganda de bebidas alcoólicas.

Presidente do Senado participa da posse de dois novos ministros

O presidente do Senado, José Sarney, participou hoje da cerimônia de posse dos novos ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia.

Em solenidade realizada no Palácio do Planalto, Aloizio Mercadante assumiu a Educação no lugar de Fernando Haddad, que saiu para disputar a prefeitura de São Paulo.

Mercadante, até então na Ciência e Tecnologia, deu lugar a Marco Antonio Raupp.

O novo ministro da Ciência e Tecnologia destacou a presença do presidente Sarney na solenidade e lembrou que foi diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) quando Sarney era presidente da República, na década de 80.

Raupp disse que assume o cargo com o compromisso de executar a política “de tecnologia e de inovação” da

presidente Dilma Rousseff.

Mercadante destacou a formação acadêmica do novo ministro da Ciência e Tecnologia e cumprimentou Fernando Haddad pela atuação à frente da pasta da Educação.

Haddad elogiou a equipe do Ministério da Educação e agradeceu a confiança da presidente Dilma Rousseff.

Dilma elogiou os novos ministros e reafirmou o compromisso de seu governo com a erradicação da miséria e com a busca do desenvolvimento.

— A educação, a ciência e a tecnologia são os instrumentos de construção do futuro do país — afirmou ela.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann; o vice-presidente da República, Michel Temer; e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva também participaram da cerimônia.



Roberto Stuckert Filho/PR

Dilma discursa no Palácio no Planalto durante a posse dos novos ministros

Quando senador, novo ministro da Educação pediu “revolução” na área

Em sua despedida do Senado, em dezembro de 2010, Mercadante defendeu uma “revolução na educação básica”. Ele admitiu que o país enfrenta “muitas deficiências” no ensino fundamental e médio. E mencionou os resultados obtidos pelos estudantes brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa).

A educação brasileira evoluiu 33 pontos nos exames do Pisa entre 2000 e 2009, segundo o Ministério da Educação. Foi superado apenas pelo Chile (37 pontos) e por Luxemburgo (38). Mas está

apenas na 53ª posição entre os 65 países avaliados. Ficou 19 pontos atrás do México (49º), 26 do Uruguai (47º) e 38 atrás do Chile (45º).

— Concordo que precisamos dar grande ênfase ao ensino fundamental, médio, ao ensino infantil, básico, e o MEC deveria concentrar aí todo o seu esforço — disse Mercadante, em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF). Na ocasião, Cristovam havia sugerido que o MEC se dedicasse apenas à educação básica, deixando a educação superior para o Ministério de Ciência e Tecnologia.

Luiz Alves/Senado Federal



Wellington Dias quer evitar que álcool seja associado a desempenho saudável

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Waldemir Moka
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin
Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Texto a ser votado é do senador Demóstenes Torres, para quem a miséria não explica a criminalidade: jovem entre 16 e 18 anos sabe o que é um ato criminoso, diz ele

Agenda inclui redução da maioridade penal



A proposta de redução da maioridade penal foi uma das polêmicas da 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, em 2009, e acabou sendo rejeitada

Projeto classifica corrupção como crime hediondo

Tipos penais qualificados de corrupção passiva, corrupção ativa, peculato e concussão podem tornar-se hediondos e passíveis de prisão temporária. Projeto de Wellington Dias (PT-PI) aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde receberá votação final.

O projeto (PLS 660/11) também estabelece punições mais rigorosas quando os crimes forem cometidos contra a administração pública por autoridades, devido aos grandes prejuízos aos cofres públicos.

A proposta prevê punições mais rígidas quando os crimes de peculato, concussão, corrupção passiva e ativa forem praticados por integrante do Poder Judiciário, Ministério Público, Congresso Nacional, assembleias legislativas dos estados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e câmaras municipais, ministro e conselheiro de tribunais de contas, presidente e vice-presidente da República, governador e vice-governador, prefeito e vice-prefeito, ministro, secretário executivo, secretário nacional e equivalente, secretário estadual, distrital e municipal, dirigente máximo de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, ou comandantes das Forças Armadas.

Além de multa, a pena de reclusão, que hoje varia de dois a 12 anos, passaria a ser de quatro a 16 anos. Se o crime for cometido por autoridade, a reclusão será de oito a 16 anos e multa. Sendo hediondos, esses crimes passam a ser inafiançáveis e sem anistia.

Milícias podem ser investigadas pela Polícia Federal

A Polícia Federal poderá ser a responsável pela investigação dos crimes cometidos por organizações paramilitares e milícias armadas, quando delas faça parte agente pertencente a órgão de segurança pública estadual. A medida é estabelecida em projeto de lei (PLS 548/11) apresentado por Marcelo Crivella (PRB-RJ), que preserva a competência da Justiça estadual para o processamento e julgamento dos delitos. A matéria aguarda indicação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

As milícias cobram pela segurança das pessoas e dos



Marcelo Crivella mantém aplicação da Justiça na esfera estadual

estabelecimentos comerciais nas comunidades onde atuam, controlando os serviços de distribuição de água, gás, transporte alternativo e até mesmo de TV por assinatura, destaca o senador. Policiais e investigadores honestos, alguns dos quais

residem nas comunidades exploradas e extorquidas pelas milícias, acabam por se tornar as maiores vítimas desse esquema criminoso.

O senador argumenta ainda que as milícias já seduziram boa parte dos integrantes das forças de segurança pública. “Em um único batalhão da polícia militar fluminense, recentemente foi constatado o envolvimento de quase metade da corporação com as milícias”, relata. Esse envolvimento dos próprios soldados e servidores com as milícias recomenda que as investigações e ações policiais não sejam executadas pelas autoridades locais.



Em julho de 2011, prisão de dois suspeitos de integrar milícia que atua na Zona Norte do Rio de Janeiro

Texto regula reclamações à Anac contra empresas aéreas

As dificuldades enfrentadas por usuários de serviços aéreos na apresentação de reclamações e a falta de informações sobre o andamento de denúncias motivaram Sérgio Souza (PMDB-PR) a propor projeto (PLS 623/11) para disciplinar o recebimento de manifestações pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Além de determinar que o

órgão regulador mantenha página na internet destinada a receber denúncias, o senador propõe que a Anac divulgue indicadores sobre o desempenho das empresas aéreas e dos operadores aeroportuários.

“A dificuldade na apresentação de reclamações tem levado muitos passageiros a desistirem de buscar reparação por danos sofridos, o que contribui para

a continuidade de práticas desrespeitosas por parte das empresas aéreas e de operadores aeroportuários”, explica.

A Anac dispõe do “Fale com a Anac” e, de acordo com o órgão, reclamações, denúncias, sugestões, críticas ou elogios podem ser feitas e acompanhadas em www.anac.gov.br/Area.aspx?ttCD_CHAVE=33 ou por meio do telefone 0800 725 4445.



Sérgio Souza afirma que dificuldades atuais perpetuam práticas lesivas